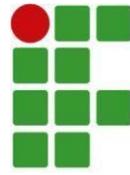




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília



INSTITUTO FEDERAL

Brasília

Campus Brasília

Plano de Curso Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local (EaD)

Brasília, DF 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Reitoria

Veruska Ribeiro Machado
Reitora

Rosa Amélia Pereira da Silva
Pró-Reitora de Ensino

Mateus Gianni Fonseca
Diretor de Desenvolvimento do Ensino

Iva Fernandes da S. M de Jesus
Coordenadora-Geral de Ensino

Campus Brasília

Christine Rebouças Lourenço
Diretora-Geral

Marcelo Rodrigues dos Santos
Diretor de Ensino

Andreia e Silva Soares
Coordenadora-Geral de Ensino

Eduardo Dias Leite
Coordenador de Área do Eixo Gestão e Negócios - Substituto

Ailton Bispo dos Santos Junior
Docente responsável pelo Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local (EaD)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Processo 23508.001369.2025-91 - Portaria nº 106/2025 - DGBR/RIFB/IFBRASILIA, de 04 de agosto de 2025.

NOME	Matrícula SIAPE	Atribuição
Ailton Bispo dos Santos Junior	1830405	Coordenador/ responsável



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	3
3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	3
4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	4
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	4
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	5
6.1 Ementário.....	6
7. CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	13
8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	13
9. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS.....	13
10. PERFIL DE PROFESSORES, INTRUTORES E TÉCNICOS.....	14
11. CERTIFICADOS A SEREM EMITIDOS.....	15
REFERÊNCIAS.....	15



Quadro 1: Dados da Unidade Escolar

CNPJ:	10.791.831/0005-06
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Nome Fantasia:	Instituto Federal de Brasília
Unidade:	<i>Campus Brasília</i>
Esfera Administrativa:	Federal
Endereço da Unidade:	SGAN 610, Módulos D, E, F e G – Asa Norte
Cidade/UF/CEP:	Brasília - DF, CEP 70.830-450
E-mail de contato:	registroacademicobrasilia@ifb.edu.br
Site Institucional:	https://ifb.edu.br/brasil/cursos

Quadro 2: Dados do curso

Denominação do Curso	Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local
Eixo Tecnológico do Curso	Gestão e Negócios
Carga Horária Total	160 horas-relógio
Modalidade de ensino	A distância
Duração	1 Semestre (11 semanas)
Público-Alvo	Servidores públicos, estudantes de graduação, agentes comunitários, lideranças locais e cidadãos, preferencialmente residentes no Distrito Federal, que possuam interesse em políticas públicas para o desenvolvimento local.
Área de Abrangência:	Nacional, com prioridade de divulgação para as Regiões Administrativas do Distrito Federal.
Requisitos de Ingresso	Escolaridade mínima: Graduação (concluída ou em andamento). Idade mínima: 18 anos Outros requisitos (se houver): possuir acesso à computador com câmera e conexão com a internet ou <i>tablet</i> com acesso à internet.
Local da oferta	Sala de Aula Virtual hospedada NeaD IFB na aba de cursos do <i>Campus Brasília</i> (https://nead.ifb.edu.br/course/view.php?id=20805)
Forma de Ingresso	Por processo seletivo público, conforme normativos do IFB.
Número de vagas por processo seletivo	45 vagas
Turno	Diurno/Noturno
Ato Legal Autorizativo	Autorização de Oferta de Curso FIC expedida pela Direção Geral do Campus Brasília em 14 de setembro de 2025.

1. APRESENTAÇÃO

O *Campus* Brasília do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília está localizado na Região Administrativa do Plano Piloto, centro político e administrativo do Distrito Federal. A região se destaca por apresentar elevada concentração de serviços públicos, abrigando as sedes dos três poderes da União e do Distrito Federal. Além disso, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, tanto distritais quanto federais, estão sediadas nessa região.

Cabe destacar que o *Campus* Brasília é uma das unidades mais antigas e estruturadas do IFB, contando com experiência na oferta de cursos técnico, superior e de pós-graduação *lato sensu* na área de Gestão Pública. Assim, a oferta do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local, segue alinhada à vocação definida para o *campus*, contribuindo para a capacitação de servidores públicos que poderão atuar de forma mais efetiva na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Esse FI também colabora para a formação de cidadãos mais preparados para o exercício da participação e do controle social em políticas públicas para o desenvolvimento local.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente documento, estruturado segundo a Resolução CS/RIFB nº 9/2024, apresenta o Plano de Curso do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local, na modalidade à distância, do Eixo Gestão e Negócios do *Campus* Brasília do IFB. Com foco no Distrito Federal, o curso contará com atividades assíncronas (diurnas/noturnas) e síncronas (noturnas), cumpridas ao longo de 11 semanas, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional, IFB NEaD (<https://nead.ifb.edu.br/course/view.php?id=20805>).

Estima-se a realização de 22 (vinte e dois) encontros síncronos, no período noturno, que poderão ocorrer às segundas, terças ou quintas-feiras, das 20h às 22h, durante o semestre de realização do curso. Os 72,5% restantes da carga-horária desse FI serão cumpridos de forma assíncrona, por meio de atividades como leituras, vídeos, quizzes, fóruns e etc., realizadas nos períodos diurno/noturno conforme disponibilidade e interesse de cada estudante.

Serão ofertadas 45 vagas voltadas para o atendimento de estudantes de graduação, servidores públicos, agentes comunitários, lideranças locais e cidadãos, preferencialmente residentes no Distrito Federal, que sejam portadores de diploma de graduação reconhecido pelo MEC. Registre-se ainda ser necessário, que as pessoas candidatas às vagas no FI, tenham interesse em políticas públicas para o desenvolvimento local, possuam acesso à computador com câmera ou à *tablet* conectados à internet.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A oferta do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local (EaD) no *Campus* Brasília do IFB justifica-se pela necessidade de capacitar servidores e cidadãos do Distrito Federal para compreender, analisar e participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento local sustentável, bem como para o melhor exercício da participação e do controle social.

Considerando as especificidades territoriais do Distrito Federal e seus arranjos institucionais únicos, o curso busca estimular a articulação intersetorial e a inovação na administração pública local. Segundo o IPEDF Codeplan (2025), o Distrito Federal

localiza-se no Centro-Oeste do Brasil, possui extensão territorial de 5.779 km², correspondendo a aproximadamente 0,06% do território nacional. Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) de 2024, publicada em fevereiro deste ano, apontam que o Distrito Federal, possui uma população urbana de 2.982.816 pessoas, com idade média de 34,7 anos, dos quais 17,8% são empregados no setor público e 38,8% possuem superior completo. Assim, o Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local, na modalidade EaD, tem como objetivo geral capacitar os participantes para compreender conceitos fundamentais de políticas públicas e aplicar ferramentas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento local no contexto do Distrito Federal.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- a) Introduzir os conceitos-chave de políticas públicas, governança e desenvolvimento local;
- b) Apresentar os marcos legais e institucionais relevantes do DF;
- c) Explorar metodologias participativas e instrumentos de planejamento;
- d) Promover o uso de dados e indicadores na formulação, monitoramento e avaliação de políticas locais;
- e) Estimular a construção de soluções colaborativas para problemas públicos existentes no território.

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso no Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local será realizado por meio de processo seletivo semestral, organizado pelo *Campus Brasília* do Instituto Federal de Brasília, com edital próprio.

Poderão se matricular nesse FI, estudantes de graduação, servidores públicos, agentes comunitários, lideranças locais e demais cidadãos interessados na temática de políticas públicas para o desenvolvimento local, preferencialmente residentes no Distrito Federal, portadores de diploma de graduação, obtido em curso reconhecido pelo MEC.

A seleção será feita com base em critérios objetivos e públicos, podendo incluir sorteio eletrônico, análise de desempenho escolar, ordem de recebimento de pedidos de inscrição ou prova de conhecimentos.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O egresso do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local será um profissional apto a compreender, analisar e participar ativamente do ciclo de políticas públicas, com foco no desenvolvimento local sustentável do Distrito Federal. Podendo contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, aplicando ferramentas de planejamento e gestão participativa, com base em dados e indicadores. Também poderá apoiar a inovação e a cocriação de soluções colaborativas para enfrentar desafios públicos locais. Ademais, os egressos estarão aptos ao melhor exercício da participação e do controle social.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local será organizado em seis unidades, sendo a primeira, com 10 horas-relógio, cumpridas na primeira semana do curso e as cinco unidades subsequentes, com 30 horas-relógio cada uma, cumpridas ao longo de 2 semanas cada uma, perfazendo 160 horas-relógio. A carga horária será cumprida por meio de atividades assíncronas e síncronas, totalizando 11 semanas de curso. Por esta razão, não haverá a possibilidade de conclusão deste FI antes de finalizadas, 11 semanas da data de início do curso.

Todo o curso será organizado no NEaD IFB, em sala de aula virtual hospedada na aba de cursos do Campus Brasília, no endereço eletrônico <https://nead.ifb.edu.br/course/view.php?id=20805> .

Parte-se da premissa de que o estudante é o protagonista do processo de ensino-aprendizagem e sua participação se dará por meio das 06 unidades temáticas, compostas por materiais de estudo, atividades a serem realizadas de maneira assíncrona e também, por meio de aulas síncronas por videoconferência, na ferramenta ConfWEB (<https://nead.ifb.edu.br/mod/lti/view.php?id=776280>). A fim de garantir o aproveitamento adequado, recomenda-se que cada estudante dedique cerca de 15 horas semanais para cumprimento das leituras, atividades avaliativas e participação nos encontros síncronos do curso.

A seguir, são sintetizadas cada uma das 6 unidades do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local:

Unidade 0 – Introdução à Educação a Distância: Ambientação no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) institucional, o IFB NEaD; Autonomia e autogestão do tempo na EaD; Netiqueta e ética digital; Ferramentas colaborativas e comunicação síncrona/assíncrona. Essa Unidade, será ministrada na semana 1 do curso.

Unidade 1 – Fundamentos de Políticas Públicas: conceitos introdutórios, problema público, ciclo de políticas, arenas decisórias; Abordagens clássicas e contemporâneas (top-down, bottom-up, redes); Atores, interesses e instituições. Essa Unidade, será ministrada da semana 2 à semana 3 do curso.

Unidade 2 – Desenvolvimento Local e Territórios: Desenvolvimento local e sustentável - princípios e desafios; Caracterização do território do DF e suas Regiões Administrativas; Políticas de base territorial e desigualdades regionais. Essa Unidade, será ministrada da semana 4 à semana 5 do curso.

Unidade 3 – Planejamento e Gestão Participativa: O Ciclo da Gestão no DF: PPA, LDO, LOA; Conselhos de políticas públicas e orçamento participativo; Planejamento Estratégico no contexto local. Essa Unidade, será ministrada da semana 6 à semana 7 do curso.

Unidade 4 – Avaliação e Indicadores de Políticas Públicas: Teoria da mudança e matriz lógica; Indicadores de eficácia, eficiência, equidade; Fontes de dados: InfoDF, IPEDF, IBGE, IPEA, InfoSaúde-DF, INEP, Transparência-DF; Análise de Dados. Essa Unidade, será ministrada da semana 8 à semana 9 do curso.

Unidade 5 – Inovação e Participação em Políticas Públicas Locais: Desenho de protótipos de políticas públicas participativas; Escuta ativa, co-criação e *design* participativo; Ferramentas de Transparência e *Accountability*. Essa Unidade, será ministrada da semana 10 à semana 11 do curso.

6.1 Ementário

UNIDADE 0 - Introdução à Educação a Distância (10h): Esta unidade visa capacitar os participantes para compreenderem os fundamentos, características e o funcionamento da Educação a Distância (EaD) e dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs). Serão abordados conceitos essenciais, a evolução da EaD, e seu papel transformador no cenário educacional contemporâneo. O uso de metodologias ativas na EaD. A unidade enfatizará o desenvolvimento da autonomia e da autogestão do tempo e do aprendizado, elementos cruciais para o sucesso na modalidade a distância. Serão exploradas as ferramentas colaborativas e de comunicação síncrona e assíncrona, essenciais para a interação e a construção coletiva do conhecimento em ambientes virtuais. Além disso, a unidade discutirá a importância da netiqueta, da ética digital e do engajamento do estudante.

COMPETÊNCIAS: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Compreender os conceitos fundamentais e a evolução da Educação a Distância (EaD) e seu papel na ampliação do acesso à educação e na transformação dos processos de ensino e aprendizagem.

Utilizar os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), gerenciando suas funcionalidades para a navegação, acesso a conteúdos e realização de atividades.

Desenvolver e aplicar estratégias de autonomia e autogestão do tempo e do aprendizado em ambientes virtuais, tornando-se protagonista de sua formação.

Interagir de forma eficaz e ética em comunidades de aprendizagem online, utilizando ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas para promover a colaboração e a troca de experiências.

Reconhecer e valorizar o uso de metodologias ativas e tecnologias digitais que impulsionam o engajamento, a motivação e a personalização da aprendizagem em EaD.

HABILIDADES:

Navegar com fluidez e interagir com as interfaces do IFB NEaD.

Utilizar e diferenciar as diversas ferramentas de comunicação disponíveis em Moodle, incluindo fóruns de discussão, chats, e-mails e plataformas de videoconferência, para fins de interação e colaboração.

Aplicar as normas de netiqueta e os princípios de ética digital no comportamento e nas interações em ambientes online.

Organizar e gerenciar eficientemente o cronograma de estudos, adaptando-se à flexibilidade temporal e espacial da EaD.

Identificar, acessar e utilizar diferentes formatos de materiais didáticos digitais para complementar o aprendizado e atender a distintos estilos de aprendizagem.

Participar em atividades gamificadas, compreendendo a aplicação de elementos de jogos para fins de motivação e desenvolvimento de habilidades.

BIBLIOGRAFIA

CANÊDO, K.; CANADO, V. Guia Facilitação Remota. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2020.

FARIAS, L.; BEDERODE, I. R.; ALVES, R. S. A Gamificação Aplicada em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: uma Proposta de Engajamento no Contexto da Aprendizagem de Cálculo. EaD em Foco. Revista Científica de Educação à Distância. 2025, 15(1), e2096, p.1 – 19.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com Oferta a Distância. Brasília, 2025.

PEREIRA, A. T. C.; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A. C. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. In: SOUSA, R. P.; MOITA, F. M. C. S. C.; CARVALHO, A. B. G. (Org.). Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 4-22.

PEREIRA JÚNIOR, C. X.; ARAÚJO, R. D.; DORÇA, F. A. Uma Abordagem para Recomendação Personalizada de Materiais Educacionais por meio de Filtragem Baseada

em Conteúdo em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 31, p. 731–758, 2023.

PIMENTA, E. S. P.; LOPES, J. B. C.; ANDERSON, C. S. Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Aspectos Relevantes para Favorecer um Espaço Interativo. Caminhos da Educação Matemática em Revista (online)/IFS, v. 11, n. 3, p. 1–21, 2021.

PIZZIOLO, D. A.; PACHECO, C. S. G. R. O uso de ambientes virtuais de aprendizagem no ensino superior: desafios, benefícios e tendências futuras. Revista Interdisciplinar, v. 9, n. 5, e249508, 2024.

REAL, L. C.; SIRANGELO, L. G.; FERNANDES, V. V. Práticas Pedagógicas na Educação a Distância (EAD): Presenças Sociais nos Fóruns de Discussão. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, Esud 2020; VI Congresso Internacional de Educação Superior a Distância, Ciesud 2020, Goiânia: UFG, 2020.

SANTOS, M. V. A.; SOUZA, V. H. X.; BORGES, V. A. Uma análise sistemática sobre a aplicação da aprendizagem baseada em problemas em ambientes virtuais de aprendizagem. Revista Alomorfia, Presidente Prudente, v. 8, n. 5, 2024, p.203-217.

UNIDADE 1 - Fundamentos de Políticas Públicas: Esta unidade visa introduzir o estudante aos conceitos fundamentais das políticas públicas, sua origem e evolução como campo de estudo, e os elementos que compõem o ciclo de políticas públicas (agenda, formulação, implementação e avaliação). Serão exploradas as principais abordagens analíticas clássicas e contemporâneas, como os modelos top-down e bottom-up e a perspectiva de redes, destacando as complexidades e desafios inerentes à sua aplicação. A unidade abordará os múltiplos atores envolvidos no processo político, incluindo o papel do Estado, do governo, da burocracia (de alto escalão, médio escalão e nível de rua) e da sociedade civil, bem como a influência de arranjos institucionais e do federalismo no desenho e na execução das políticas públicas no contexto brasileiro.

COMPETÊNCIAS: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Compreender a definição e a evolução do campo de estudo das políticas públicas, reconhecendo sua interdisciplinaridade e as diferentes abordagens teóricas.

Diferenciar e analisar as abordagens clássicas e contemporâneas da análise de políticas públicas (top-down, bottom-up, redes), identificando seus pressupostos e aplicações.

Identificar os estágios do ciclo de políticas públicas (agenda, formulação, implementação e avaliação) e os principais atores envolvidos em cada fase.

Analisar a influência de arranjos institucionais, como o federalismo e as relações intergovernamentais, na formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.

Reconhecer o papel da burocracia (de alto, médio e nível de rua) no processo de produção e implementação de políticas públicas, compreendendo sua discricionariedade e impacto nos resultados.

HABILIDADES:

Aplicar conceitos-chave de políticas públicas para a análise de casos e situações reais do cotidiano da gestão pública.

Distinguir os diferentes papéis e formas de atuação dos atores estatais e sociais (políticos, burocratas e sociedade civil) no ciclo de políticas públicas.

Interpretar a lógica e os desafios da implementação de políticas públicas, considerando os múltiplos fatores contextuais e as consequências não previstas.

Pesquisar e selecionar literatura e documentos relevantes sobre fundamentos de políticas públicas e suas abordagens analíticas para subsidiar discussões.

Elaborar análises introdutórias sobre o desenho e a teoria de programas de políticas públicas, identificando seus objetivos e estratégias de intervenção.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea, v. 2. Brasília: Enap, 2006. p. 91-110.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018. v.1. 192 p.

CALMON, Paulo Carlos Du Pin. Introdução às Políticas Públicas. Apostila de aula do Curso de Formação de Analista de Planejamento e Orçamento. 17ed. Brasília: ENAP, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Guia de Políticas Públicas do GDF. Brasília: Secretaria de Estado de Economia, Subsecretaria de Planejamento Governamental, 2025.

GOMES, Sandra. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. In: LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. p. 39-66.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. p. 11-38.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; COUTO, Cláudio Gonçalves. Diretrizes prioritárias e fases da implementação: como mudam as políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. p. 67-97.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias (Org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil : interseções analíticas. Brasília: Ipea, Enap, 2018. 413 p.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

XIMENES, Daniel de Aquino (Org.). Implementação de políticas públicas: questões sistêmicas, federativas e intersetoriais. Brasília: Enap, 2018. 244 p.

UNIDADE 2 - Desenvolvimento Local e Territórios: Esta unidade aprofunda a compreensão dos fundamentos, princípios e desafios do desenvolvimento local e sustentável, com especial ênfase nos contextos urbanos e municipais. Serão abordadas as múltiplas dimensões do desenvolvimento, tais como a econômica, social, ambiental e cultural, destacando sua natureza qualitativa, multidimensional e endógena, que se inicia “de dentro para fora” ao ativar recursos locais. A unidade explorará a caracterização do território e a relevância das Regiões Administrativas do Distrito Federal como *locus* para a implementação de políticas públicas. Será dada atenção às políticas de base territorial e seu papel no enfrentamento das desigualdades regionais e urbanas, promovendo uma perspectiva de superação da pobreza que transcenda a compensação, buscando proatividade e autonomia social. Serão abordadas também as inovações em governos locais e as cidades criativas como instrumentos para o desenvolvimento sustentável, fomentando a cocriação de soluções para problemas urbanos e a valorização das especificidades locais.

COMPETÊNCIAS: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Compreender os conceitos fundamentais e os princípios do desenvolvimento local e sustentável, reconhecendo sua natureza complexa, multidimensional e endógena, e sua aplicação em ambientes urbanos e municipais.

Analisar os desafios e as oportunidades para a implementação de estratégias de desenvolvimento local e sustentável em diversos contextos territoriais, incluindo as especificidades das Regiões Administrativas do Distrito Federal e as dinâmicas de cidades. Identificar e avaliar o papel das políticas públicas de base territorial na promoção do desenvolvimento local endógeno, inclusivo e participativo, e na redução das desigualdades regionais e urbanas.

Reconhecer a importância da valorização das potencialidades locais, do patrimônio cultural e natural, da criatividade e do engajamento comunitário para impulsionar processos de desenvolvimento sustentável e inovação em cidades.

HABILIDADES: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Caracterizar um território urbano ou municipal, identificando suas especificidades geográficas, sociais, econômicas e culturais, bem como suas potencialidades e desafios para

o desenvolvimento local.

Articular a necessidade de intersectorialidade e de governança multinível na formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento local e sustentável em diferentes níveis governamentais.

Propor estratégias de participação cidadã e envolvimento comunitário em processos de desenvolvimento local, valorizando os saberes e as manifestações culturais e criativas locais.

Analisar criticamente o impacto de políticas territoriais nas desigualdades regionais e urbanas, buscando identificar mecanismos de mitigação e promoção da equidade.

Integrar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural na análise e na elaboração de propostas para o desenvolvimento local e sustentável, especialmente no planejamento urbano.

BIBLIOGRAFIA:

BATISTA, Márcio Luciano Pereira et al. Comunidade rural do Nordeste brasileiro: um cenário de reflexão para a formulação de políticas de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, e-2022-0160, 2023.

CORÁ, Jacqueline Maria; HENRIQUES, Cláudia. O turismo criativo como base para as políticas focadas no desenvolvimento sustentável local: O caso de Brasília e do Recife – Brasil. *Journal of Tourism & Development*, Aveiro, n. 36, v. 1, 2021, p. 367-379.

DISTRITO FEDERAL. Relatório Local Voluntário: Implementação da Agenda 2030. Brasília, DF, 2024.

DORSA, Arlinda Cantero. Turismo e desenvolvimento sustentável: janelas para o presente e o futuro. *Interações*, Campo Grande, v. 23, n. 3, 2022, p. 263-266.

ENAP; GIZ/ANDUS. Gestão Inovadora, Cidades Sustentáveis: Um guia para cooperação com municípios. Brasília: Enap, 2025.

FERRARINI, Adriane Vieira. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. *Revista Interações*, Campo Grande, v. 13, n. 2, 2012, p. 233-241.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Governos locais: uma leitura introdutória. Brasília: Enap, 2019.

MARTINS, Ana Luisa Jorge et al. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. especial 1, e8828, ago 2024.

SANT'ANA, Lucas César Frediani; BENTO, Layne de Souza; PEREIRA, Danusa de Cássia. Desenvolvimento Local e Sustentável: uma realidade possível e necessária. *Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais*, Curitiba, v. 3, n. 1, 2022 p. 37-51.

SILVA, Andréa Pereira da; MUZZIO, Henrique. Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, 2023. p. 200 – 223.

UNIDADE 3 – Planejamento e Gestão Participativa: Esta unidade aborda os instrumentos e processos de planejamento governamental e gestão participativa no contexto do Distrito Federal, explorando sua relevância para o desenvolvimento local. Serão analisados os principais instrumentos do ciclo de gestão do DF, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando como o Plano Estratégico do Distrito Federal (PEDF) 2019-2060 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) os orientam na busca por desenvolvimento sustentável e inclusão social. Essa unidade irá explorar o planejamento estratégico como uma capacidade do Estado de construir uma visão de futuro de médio e longo prazo, interativamente com a sociedade. Será discutido o papel da gestão participativa, incluindo as experiências de e-participação como o Orçamento Participativo Digital (OPD) em nível municipal e o PPA Participativo em nível federal, e a incorporação de fundamentos de governo aberto (transparência, participação cidadã, accountability e inovação por meio da

TI). A unidade enfatizará o papel dos conselhos de políticas públicas e de outras instâncias de diálogo e pactuação com a sociedade civil como mecanismos essenciais para a legitimação e efetividade das decisões governamentais, promovendo o controle social e a qualidade do gasto público.

COMPETÊNCIAS: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Compreender o ciclo de planejamento e orçamento público do Distrito Federal (PPA, LDO, LOA) e sua articulação com o Plano Estratégico do DF e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Analisar a natureza e o funcionamento do planejamento estratégico governamental no setor público, identificando seus componentes e desafios no contexto do DF.

Avaliar a importância e a efetividade dos mecanismos de gestão participativa e controle social na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas no Distrito Federal.

Reconhecer as oportunidades e limitações da inovação e da transparência como elementos propulsores da gestão pública participativa e orientada para resultados.

HABILIDADES: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Identificar e interpretar os componentes do Plano Plurianual do Distrito Federal (programas, objetivos, metas, indicadores, ações) e sua regionalização.

Analisar a interação entre planejamento e orçamento na gestão pública do DF, compreendendo os desafios e as propostas para seu alinhamento.

Propor estratégias para o fortalecimento da participação social em diferentes momentos do ciclo de políticas públicas, considerando a experiência de governo aberto e e-participação.

Criticar e propor soluções para os problemas e lacunas identificadas no planejamento e na gestão pública no Distrito Federal, valorizando a intersectorialidade e a dimensão territorial.

Articular o uso de dados e informações para promover a transparência e a *accountability* nos processos de planejamento e gestão no DF.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Júlio Cesar Andrade. Gestão de políticas públicas, participação democrática e internet: inovação nos modelos de gestão no setor público. Cadernos, 48. Brasília: Enap, 2017.

74 p.

CARVALHO, Priscila Delgado de; ZANANDREZ, Priscila. Desafios da reconstrução da participação no Brasil: análise do PPA Participativo 2024-2027. Brasília: Enap, 2024.

DE TONI, Jackson. Reflexões sobre o Planejamento Estratégico no Setor Público. Brasília: Enap, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024-2027. Brasília, DF, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Guia de Políticas Públicas do GDF. Brasília: Secretaria de Estado de Economia, Subsecretaria de Planejamento Governamental, 2025.

DISTRITO FEDERAL. Manual Técnico de Orçamento – MTO 2025. 1ª versão. Brasília: Subsecretaria de Orçamento Público – SUOP/Secretaria de Estado de Economia/Secretaria de Estado de Economia, 2024. 222 p.

DISTRITO FEDERAL. Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060. Edição Revisada 2023. Brasília, DF, 2023.

ZUCCOLOTTO, Robson. TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro. Brasília: Enap, 2019. 72 p.

UNIDADE 4 – Avaliação e Indicadores de Políticas Públicas: Esta unidade aprofunda os fundamentos teóricos e práticos da avaliação de políticas públicas e da construção e análise de indicadores, essenciais para o fortalecimento da governança e da gestão por resultados no Distrito Federal. Serão explorados os diferentes tipos e propósitos da avaliação (ex ante, ex durante e ex post), compreendendo seu papel no ciclo de vida das políticas públicas, desde a formulação até o monitoramento e a revisão. Serão abordados a teoria da mudança e o modelo lógico como ferramentas para o desenho de intervenções e a elaboração de

perguntas avaliativas. Será dada ênfase à construção e uso de indicadores de desempenho (insumos, processos, produtos, resultados e impactos). Serão discutidas as principais fontes de dados para o contexto do Distrito Federal, destacando-se a interpretação e uso de informações.

COMPETÊNCIAS: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Compreender os diferentes modelos e propósitos da avaliação de políticas públicas (ex ante, ex durante, ex post, formativa e somativa), reconhecendo sua aplicação no ciclo de gestão.

Identificar e aplicar a teoria da mudança e o modelo lógico para o desenho e a análise de programas e políticas públicas, alinhando objetivos, ações e resultados esperados.

Dominar a construção e a análise de indicadores de desempenho, diferenciando insumos, processos, produtos, resultados e impactos, e aplicando-os para avaliar eficácia, eficiência e equidade.

Reconhecer e utilizar as principais fontes de dados governamentais e acadêmicas para monitoramento e avaliação, com atenção às especificidades do Distrito Federal.

Compreender o papel da avaliação como ferramenta de governança, transparência e *accountability* na gestão pública, contribuindo para a legitimidade e efetividade das ações do Estado.

HABILIDADES: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Elaborar roteiros de análise ex ante para propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e programas.

Formular perguntas avaliativas claras e pertinentes a diferentes estágios do ciclo de políticas públicas, com base nos objetivos e na teoria do programa.

Selecionar e operacionalizar indicadores para o monitoramento de políticas e programas no contexto local, utilizando critérios de relevância e qualidade.

Avaliar a relevância e a qualidade de diferentes fontes de dados, reconhecendo suas limitações, vieses e armadilhas na análise de dados governamentais e de pesquisas.

Propor recomendações para o aprimoramento de políticas públicas com base em evidências.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA, Leandro Oliveira. Guia referencial para construção e análise de indicadores. Brasília, DF: Enap, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Guia de Políticas Públicas do GDF. Brasília: Secretaria de Estado de Economia, Subsecretaria de Planejamento Governamental, 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018. v.1. 192 p.

LASSANCE, Antonio. Como construir políticas públicas, programas e projetos prontos para o monitoramento e a avaliação? Um guia prático de análise ex ante. Brasília, DF: Ipea, 2025. 231 p.

SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando (Eds.). Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções. Brasília: Enap, 2021.

VEDUNG, Evert; PEDONE, Luiz. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: fundamentos e modelos. Brasília: Enap, 2021.

UNIDADE 5 – Inovação e Participação em Políticas Públicas Locais: Esta unidade explora a inovação e a participação social como pilares fundamentais para o desenvolvimento e o aprimoramento de políticas públicas locais, com ênfase nas especificidades e no dinamismo do Distrito Federal. A unidade abordará as etapas do ciclo de vida das políticas públicas, desde a identificação de problemas até o desenho e a implementação, destacando a importância da colaboração e da cocriação entre atores governamentais e não-governamentais. Serão apresentados os fundamentos e as técnicas de design para a concepção de protótipos de políticas públicas participativas, incluindo a utilização de

metodologias como o design ágil e a teoria da mudança, para endereçar desafios complexos e promover a inovação social. Será enfatizado o papel da escuta ativa e das redes de cooperação e governança para a construção de soluções que gerem valor público e melhorem a qualidade de vida da população local. A unidade explorará o conceito de governo aberto, incluindo o uso de ferramentas de transparência e *accountability*, e a incorporação de iniciativas de e-participação, como as plataformas digitais.

COMPETÊNCIAS: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Compreender o papel da inovação e da participação social no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas locais, com ênfase no contexto do Distrito Federal.

Analisar a relevância do design, da cocriação e da coprodução para a formulação de soluções inovadoras e a promoção de valor público em políticas locais.

Identificar fatores indutores e barreiras à implementação de iniciativas inovadoras e participativas no setor público, reconhecendo suas implicações para o sucesso das políticas.

Reconhecer a importância da transparência, da *accountability* para a legitimação e disseminação de práticas inovadoras e participativas.

HABILIDADES: Ao final da unidade, o(a) estudante será capaz de:

Aplicar princípios de design, como o design ágil, para conceber protótipos de políticas públicas que respondam a problemas locais.

Utilizar ferramentas de escuta ativa e cocriação para engajar cidadãos e outros stakeholders no ciclo das políticas públicas.

Propor estratégias de disseminação e replicabilidade de inovações, considerando as especificidades e arranjos institucionais do Distrito Federal.

Analisar e interpretar informações para identificar as necessidades dos usuários e subsidiar a tomada de decisão em contextos de incerteza.

BIBLIOGRAFIA

BARZELAY, Michael. A gestão pública como uma disciplina profissional orientada ao design. Brasília: Enap, 2021. 274 p.

CAVALCANTE, Pedro; SANO, Hironobu. E os governos estaduais também inovam? Uma análise comparativa das inovações nos estados brasileiros. In: PALOTTI, Pedro et al. (org.). E os estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. v. 1, cap. 21. p. 615-641.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. Brasília: Enap, 2019.

GOMIDE, Alexandre; MARENCO, André (org.). Capacidades estatais: avanços e tendências. (Cadernos Enap, n. 133). Brasília: Enap, 2024. 99 p.

RIZARDI, Bruno; VICENTE, Tomaz. Design ágil para inovação social e desenvolvimento. Brasília: PNUD; Enap, 2020. 60p.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. Como promover iniciativas públicas mais efetivas a partir da participação social?. São Paulo: SMIT, 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. O CopiCola: Orçamento Cidadão. São Paulo: SMIT, 2021.

SILVESTRE, Hugo Consciência. A (Nova) governança pública. Brasília: Enap, 2019.

ZIMMERMANN, Andrea. Guia de facilitação remota: soluções inovadoras para desafios públicos. Brasília: Enap, 2021. 200 p.

7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Como o curso se baseia nas unidades e nas atividades de cada uma delas, além dos relatórios do IFB NEaD, para definir a carga horária, o estudante não poderá ser dispensado de nenhuma unidade por ter conhecimentos ou experiências anteriores.

8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As atividades de avaliação e acompanhamento do progresso dos estudantes do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local se darão por meio de fóruns de discussão para interações assíncronas, estudos de caso e construção coletiva do conhecimento. A avaliação contemplará diferentes instrumentos, tais como: trabalhos individuais e em grupo, participação nos encontros síncronos, relatórios, apresentações orais, estudos de caso, produção de textos, quizzes, questionários eletrônicos, projeto coletivo de intervenção local.

São agendados 2 encontros síncronos a cada semana, com duração de duas horas-relógio cada, perfazendo 4 horas semanais. Essas aulas síncronas poderão ocorrer às segundas, terças ou quintas-feiras, das 20h às 22h, por meio da funcionalidade ConfWEB, disponível na sala virtual do curso (<https://nead.ifb.edu.br/mod/lti/view.php?id=776280>). É obrigatório que os estudantes mantenham suas câmeras ligadas durante os encontros síncronos a fim de facilitar a interação com o professor e os colegas. Registra-se que a participação nessas atividades, pontuará até 40% da nota final do curso.

Além do cumprimento da frequência mínima de 75% da carga-horária total do curso, a nota mínima exigida para aprovação e obtenção do certificado do curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local (EaD) será de 6,0 (seis inteiros). Os resultados das avaliações estarão acessíveis aos estudantes, na aba de notas, da sala de aula virtual do curso.

Em cada uma das unidades do FI, ocorrerão atividades avaliativas, que deverão ser concluídas durante as semanas programadas para a respectiva unidade. Assim, ao final das 11 semanas do curso, todas as avaliações das 6 unidades deverão estar concluídas. Será atribuída nota zero a qualquer avaliação não realizada.

9. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS

O Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local utilizará a plataforma Moodle (IFB NEaD - <https://nead.ifb.edu.br/course/view.php?id=20805>) como seu Ambiente Virtual de Aprendizagem. As diretrizes estabelecidas na Portaria RIFB nº 10/2025 serão observadas na construção da sala de aula virtual do FI, que disporá de ferramentas para compartilhamento de documentos, acesso e organização de materiais didáticos.

As atividades em formato assíncrono do FI equivalem a 72,5% da carga horária total do curso e abrangerão artigos, capítulos de livros, relatórios e manuais técnicos e documentos oficiais em formatos digitais (PDF, HTML). Também estarão na sala do curso, conteúdos multimídia tais como vídeos e podcasts, que tratem de conceitos e assuntos trabalhados no FI com exemplos práticos.

Visando o engajamento e personalização, poderão ser adotados recursos de gamificação para implementação de elementos de jogos como avatares, sistemas de pontos, níveis, emblemas, *rankings*, desafios e missões, visando contribuir para a motivação dos estudantes.

Também poderão ser utilizadas ferramentas de pesquisa e acesso à informação, tais como sítios de órgãos governamentais para consultas à documentos oficiais, estudos e relatórios sobre políticas públicas locais.

O curso contará com sala de webconferência ConfWEB (<https://nead.ifb.edu.br/mod/lti/view.php?id=776280>) para a realização das sessões

síncronas. Esses encontros remotos, representam 27,5% da carga-horária total do FI e utilizarão a metodologia de aprendizagem baseada em problemas, com atividades para o aprofundamento e reforço dos conteúdos trabalhados. Além de proporcionar interação entre os colegas, elucidação de eventuais dúvidas e aprendizagens significativas, essa estratégia de ensino permitirá o atendimento de um perfil mais abrangente de estilos de aprendizagem de estudantes.

Os estudantes do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local terão acesso à toda a bibliografia utilizada no curso, na própria biblioteca virtual da sala de aula do FI hospedada no NeaD IFB.

Além disso, os estudantes matriculados no FI poderão utilizar alguns dos serviços da biblioteca física do *Campus* Brasília, tais como:

- Acesso à Biblioteca Virtual BV Pearson ([Clique aqui para solicitar o cadastro na plataforma](#) e [Acesse aqui o tutorial com orientações de uso](#)).
- Empréstimo de *tablets*, jogos e fones de ouvido;
- Consulta on-line ao acervo físico;
- Computadores para pesquisa e estudo (25 estações de trabalho disponíveis);
- Orientação para pesquisa em bases de dados.

Cabe destacar por fim, que a sala de aula virtual do curso será organizada observando todas as recomendações

10. PERFIL DE PROFESSORES, INTRUTORES E TÉCNICOS

Conforme o Quadro 3, o Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local será ministrado e coordenado por um único profissional, com formação em nível de graduação na área de administração pública, além de especialização, mestrado e doutorado na área do curso. O responsável pelo referido FI, é professor EBTT – área gestão pública, em regime de trabalho parcial no IFB e possui mais de 20 anos de experiência como gestor público distrital. Nos últimos sete anos, ele vem atuando com gestão da estratégia e monitoramento e avaliação, com destaque para políticas públicas inclusivas e inovação em serviços nas áreas de saúde, educação, ODS e lazer.

Quadro 3: Perfil Docente do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local

DOCENTE	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Ailton Bispo dos Santos Junior	Administração Pública	Doutorado	20h

Fonte: Plataforma Lattes <https://lattes.cnpq.br/4269305966169297>

11. CERTIFICADOS A SEREM EMITIDOS

Os estudantes que cumprirem frequência de pelo menos 75% da carga-horária total do curso (medida pelo acesso e realização de atividades no IFB NEaD); e que também atingirem a nota mínima igual ou superior à 6,0 (seis) estarão aprovados e farão jus ao certificado de

conclusão do Curso de Formação Inicial em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local do Instituto Federal de Brasília (IFB) - *Campus* Brasília.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 95, p. 1, 20 maio 2025.

CANÊDO, Karina; CANADO, Valdir. Facilitação remota: como criar uma jornada de facilitação que faça sentido em espaços virtuais? Brasília, DF: ENAP, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2022. Brasília: IPEDF Codeplan, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A) 2024. Brasília: IPEDF Codeplan, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. Resolução n.º 32/2019 – RIFB/IFB: aprova as diretrizes para a Educação a Distância do Instituto Federal de Brasília – IFB. Brasília, DF: IFB, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. Resolução n.º 9/2024 – CS/RIFB/IFBRASÍLIA: altera o regulamento da oferta dos Cursos de Formação Inicial e de Qualificação Profissional do IFB. Brasília, DF: IFB, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. Portaria n.º 10/2025 – RIFB/IFBRASÍLIA: estabelece diretrizes para o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) institucionais do IFB. Brasília, DF: IFB, 2025.



CRONOGRAMA DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL (EaD)

Unidade	2025			
	h/a	OUT	NOV	DEZ
0 – Introdução à Educação a Distância	30	6 à 12		
1 – Fundamentos de Políticas Públicas	30	13 à 26		
2 – Desenvolvimento Local e Territórios	30	27 à 31	1º à 9	
3 – Planejamento e Gestão Participativa	30		10 à 23	
4 – Avaliação e Indicadores de Políticas Públicas	30		24 à 30	1º à 7
5 – Inovação e Participação em Políticas Públicas Locais	30			8 à 21

Encontros síncronos programados para terças e quintas-feiras: das 20h às 22h, via ConfWeb. Programação de Aulas Síncronas da

Unidade 0 – Introdução à Educação a Distância: 07out e 09out;

Programação de Aulas Síncronas da Unidade 1 – Fundamentos de Políticas Públicas: 14out e 16out, 21out e 23out; Programação de Aulas Síncronas da

Unidade 2 – Desenvolvimento Local e Territórios: 27out* e 30out, 4nov e 6nov; Programação de Aulas Síncronas da Unidade 3 – Planejamento e Gestão

Participativa: 11nov e 13nov, 17nov* e 18nov; Programação de Aulas Síncronas da Unidade 4 – Avaliação e Indicadores de Políticas Públicas: 25nov e

27nov, 2dez e 4dez;

Programação de Aulas Síncronas da Unidade 5 – Inovação e Participação em Políticas Públicas Locais: 9dez e 11dez, 16dez e 18dez.

(*Em razão de feriado nacional, excepcionalmente, a aula acontecerá na segunda-feira.